



Setor reage ao fechamento de mais indústrias químicas nacionais e remete carta ao vice-presidente

### Em carta conjunta, entidades representativas do setor apresentam sua visão ao vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin

Em um movimento conjunto e institucional, entidades representativas dos trabalhadores e da indústria química e petroquímica se unem para fortalecer o diálogo sobre os desafios enfrentados pelo setor químico no Brasil.

A iniciativa reconhece os esforços que vêm sendo conduzidos pelo Governo Federal em favor do fortalecimento da indústria nacional - como as diretrizes da Nova Indústria Brasil, o aprimoramento dos instrumentos de defesa comercial e outras medidas em construção - e reforça a importância do papel central exercido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e pela Vice-Presidência da República na formulação e coordenação dessas políticas. Nesse contexto, a carta entregue ao vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin tem como objetivo apresentar, de forma propositiva, a visão de trabalhadores e empregadores sobre a relevância de garantir previsibilidade e competitividade à indústria química, setor estratégico para o desenvolvimento econômico, a geração de empregos qualificados e a soberania produtiva do País. O pleito central das entidades é a construção de uma solução para os vetos ao Regime Especial da Indústria Química (REIQ) aplicáveis ao ano de 2026, em decorrência dos vetos à Lei nº 15.294/2025 (PRESIQ).

A seguir, a íntegra da carta assinada pelas entidades signatárias e entregue no dia 26 de janeiro de 2025.

«Ao Exmo. Senhor Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

As entidades representativas dos trabalhadores e da indústria química e petroquímica vêm, respeitosamente, defender a necessidade urgente, se possível ainda em janeiro, de uma solução concreta para o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) em 2026, especialmente diante dos vetos impostos a Lei 15.294/2025 (PRESIQ). Reconhecemos e valorizamos os esforços do Governo Federal na defesa da indústria brasileira, em especial com a Nova Indústria Brasil (NIB), o fortalecimento dos mecanismos de defesa comercial e das demais iniciativas conduzidas por esse Ministério para o fortalecimento do parque industrial nacional. No entanto, a indefinição em torno do REIQ 2026 tem produzido efeitos imediatos e severos sobre o setor químico e petroquímico, com repercussões diretas no nível de emprego, na renda e na capacidade produtiva

instalada no País.

Já se observam, em diferentes regiões, processos de fechamento de unidades industriais, redução de turnos e extinção de postos de trabalho, afetando trabalhadores altamente qualificados e cadeias produtivas inteiras. Trata-se de empregos que, uma vez perdidos, dificilmente serão recompostos, o que agravará o processo de desindustrialização e comprometerá a soberania produtiva nacional. A situação se torna ainda mais preocupante quando se considera o risco de escalada dessa crise ao núcleo estruturador do complexo industrial petroquímico brasileiro. A instabilidade regulatória, as disputas geopolíticas e econômicas internacionais entre as principais potências no setor químico desafiam a indústria química brasileira e comprometem não apenas empresas isoladas, como também a lógica integrada do setor, com efeitos em cascata sobre segmentos estratégicos da economia.

Ressaltamos que o setor químico enfrenta um cenário internacional extremamente adverso, marcado por concorrência desleal, excesso de capacidade produtiva em outros países, subsídios externos e práticas comerciais agressivas. Sem instrumentos de política industrial adequados, como o REIQ, a indústria nacional fica exposta a uma competição assimétrica, que penaliza a produção local e transfere empregos e investimentos para o exterior. Recentemente no estado de São Paulo houve o encerramento de plantas e vagas de trabalho em Cubatão e no Guarujá.

Diante desse contexto, as entidades sindicais alertam que a ausência de uma solução célere e estruturada para o REIQ 2026 amplia a insegurança, acelera decisões irreversíveis de desinvestimento e coloca em risco a própria espinha dorsal do complexo petroquímico brasileiro. Não se trata apenas de um debate tributário, mas de uma decisão estratégica sobre o futuro da indústria, do trabalho e do desenvolvimento nacional.

Assim, solicitamos a atenção e o empenho desse Ministério na construção urgente de uma solução que restabeleça previsibilidade, preserve a competitividade da indústria química e proteja os empregos formais, garantindo que o Brasil mantenha capacidade produtiva em um setor essencial para sua economia e soberania.

Certos de poder contar com o compromisso de Vossa Excelência com o desenvolvimento industrial e com a classe trabalhadora, renovamos nossa crença de que este tema será analisado com prioridade pelo Governo.

Fonte: Abiquim



# SIQUIRJ INFORMA

Nº 281

Jan/2026

## Editorial

O início de 2026 expõe o momento decisivo vivido pela indústria química brasileira e, em especial, pela indústria fluminense. Os fatos recentes confirmam aquilo que o setor vem alertando há meses: sem previsibilidade regulatória, custo competitivo de energia e instrumentos adequados de política industrial, o risco de desestruturação produtiva deixa de ser retórico e passa a ser concreto.

A carta conjunta entregue ao vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, subscrita por entidades empresariais e de trabalhadores, demonstra maturidade institucional e unidade em torno de um objetivo central. Não se trata de um pleito setorial restrito, mas de uma decisão estratégica para preservar empregos qualificados, cadeias produtivas integradas e a própria soberania industrial do país. O diálogo com o MDIC e os avanços na regulamentação do Presiq são sinais positivos, mas o tempo da indústria é mais curto do que o tempo da burocracia.

No campo dos custos, a redução, pela Petrobras, no preço da molécula do gás natural é uma boa notícia. O gás é insumo crítico para diversos segmentos químicos, e sua maior competitividade pode representar alívio relevante. Contudo, persistem entraves estruturais, transporte, tributos e margem, que exigem ação coordenada dos governos federal e estadual para que o benefício chegue às fábricas.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro desponta como ativo estratégico. O estado concentra a maior produção de gás natural do país e amplia sua infraestrutura com novos gasodutos e unidades de processamento. Transformar essa vantagem natural em vantagem competitiva permanente depende de visão de longo prazo. O potencial existe; a decisão política é que determinará se ele será plenamente aproveitado.

O acordo Mercosul-União Europeia, por sua vez, abre oportunidades relevantes para exportações de maior valor agregado, mas também impõe um novo patamar de exigência em sustentabilidade, inovação e eficiência produtiva. Estar preparado para competir será tão importante quanto ter acesso ao mercado.

O SIQUIRJ reafirma seu compromisso com o setor químico, que não pede privilégios: pede condições mínimas para produzir, empregar e investir no Brasil. O momento exige coragem para decidir, responsabilidade para implementar e visão estratégica para compreender que fortalecer a indústria química é fortalecer a base do desenvolvimento nacional.

### Petrobras reduz em 7,8% preço de venda do gás natural a distribuidoras

A Petrobras anunciou, em 27 de janeiro, redução média de 7,8% nos preços de venda da molécula de gás natural às distribuidoras, em relação ao trimestre anterior. Os novos valores entram em vigor em 1º de fevereiro de 2026.

Segundo a companhia, o impacto da redução no preço final ao consumidor dependerá de outros fatores, como custos de transporte, tributos, margens das distribuidoras e revendedoras, além das tarifas aprovadas pelas agências reguladoras estaduais. A medida não afeta o preço do GLP (gás de cozinha), mas impacta o Gás Natural Veicular (GNV).

Desde dezembro de 2022, o preço médio da molécula de gás vendido às distribuidoras acumula queda de aproximadamente 38%, já considerando a redução anunciada para fevereiro. A atualização reflete a variação do petróleo Brent, do câmbio real/dólar (R\$/US\$) e do Henry Hub, referência do mercado norte-americano de gás natural, cuja indexação passou a valer no início de 2026 para contratos que adotaram esse modelo.

A Petrobras também destacou que os preços finais podem variar conforme os volumes contratados e efetivamente retirados, considerando os prêmios por performance e incentivo à demanda, vigentes desde 2024, que permitem reduções adicionais conforme o nível de consumo.

**Fonte: Agência Brasil**

### Indústria química e MDIC fortalecem diálogo em busca de alternativas para o REIQ 2026 e a regulamentação do Presiq

Representantes de indústrias do setor químico Representantes da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e de grandes empresas do setor reuniram-se, em 14 de janeiro, com o secretário de Desenvolvimento Industrial do MDIC, Uallace Moreira, para aprofundar o diálogo sobre os desafios da indústria química brasileira em 2026, com foco no Regime Especial da Indústria Química (REIQ) e nos próximos passos para a regulamentação do Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq).

O encontro ocorreu em um contexto de cenário econômico adverso, marcado por elevada ociosidade industrial, aumento das importações, perda de competitividade e forte pressão de custos, especialmente com energia, gás natural e matérias-primas. Atualmente, a indústria química opera com ociosidade média superior a 35%.

A Abiquim destacou a preocupação do setor com o período de transição entre 2026 e o início dos estímulos estruturantes do Presiq, previsto para 2027. Com os vetos ao capítulo do REIQ na nova legislação, a ampliação dos estímulos para 2026 ficou suspensa, ampliando os desafios no curto prazo.

Durante a reunião, o secretário Uallace Moreira reconheceu a gravidade do momento vivido pelo setor e afirmou que o MDIC e o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin compreendem a necessidade de ajustes no REIQ. Segundo o secretário, os vetos ocorreram por razões técnicas, jurídicas e fiscais, em função das regras orçamentárias vigentes para 2026. O Ministério se colocou à

disposição para avaliar propostas do setor, desde que compatíveis com a Lei Orçamentária Anual de 2026, e atuar como articulador junto a outros órgãos do governo.

Outro ponto central foi a regulamentação do Presiq, instituído pela Lei nº 15.294/2025. O MDIC sinalizou a intenção de avançar rapidamente na regulamentação, cujo prazo legal é de 90 dias, contando com apoio técnico da Abiquim na definição de critérios de habilitação alinhados à realidade do setor.

O Presiq prevê incentivos à modernização industrial, eficiência energética, uso de insumos recicláveis e biomassa e redução da pegada de carbono, condicionados à manutenção de empregos e ao cumprimento de metas de sustentabilidade e inovação. Estudos da Abiquim indicam que o programa pode gerar R\$ 112 bilhões ao PIB até 2029, criar até 1,7 milhão de empregos e reduzir em 30% as emissões de CO<sub>2</sub> por tonelada produzida.

**Fonte: Abiquim**

### RJ consolida papel de hub do gás natural e amplia disponibilidade para a indústria

O Rio de Janeiro reforça sua posição como principal hub de gás natural do país, concentrando 75% da produção nacional, segundo a 8ª edição do estudo "Perspectivas do Gás no Rio 2025–2026", lançada pela Firjan SENAI SESI. O levantamento aponta crescimento expressivo da produção e aumento da disponibilidade de gás para o mercado, com reflexos positivos esperados para a competitividade industrial a partir de 2026.

Em 2025, a produção bruta de gás natural no estado cresceu 20%, alcançando 137 milhões de m<sup>3</sup>/dia, enquanto o volume de gás nacional disponível ao mercado no RJ avançou 24% entre 2024 e 2025, chegando a 33 milhões de m<sup>3</sup>/dia, impulsionado pela entrada em operação do gasoduto Rota 3 e da UPGN do Complexo Boaventura.

Para a Firjan, o gás natural é um vetor estratégico para a reindustrialização, a transição energética e a redução de custos da indústria, especialmente em setores intensivos em energia, como o químico. O presidente da entidade, Luiz César Caetano, destaca a necessidade de coordenação institucional, segurança jurídica e ambiente regulatório previsível para que o aumento da oferta se traduza em preços mais competitivos para o setor produtivo.

O estudo também aponta desafios relevantes, como a elevada parcela do preço final do gás associada a processamento, transporte, distribuição e tributos, reforçando a importância de avanços regulatórios e fiscais. Entre as oportunidades, ganham destaque o crescimento do biometano, a expectativa de maior oferta futura com o projeto Raia (Bacia de Campos) e a consolidação do mercado livre de gás no estado.

**Fonte: Firjan**

### CNI avalia acordo Mercosul–UE como avanço estratégico para a indústria

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou como estratégico o avanço do acordo Mercosul–União Europeia, após a aprovação pelo bloco europeu. Segundo a entidade, o acordo fortalece a inserção internacional do Brasil, amplia

oportunidades de comércio e investimentos e contribui para o aumento da competitividade da indústria nacional.

Negociado há mais de 20 anos, o acordo é considerado o mais moderno já firmado pelo Mercosul e prevê impactos econômicos e sociais relevantes. Em 2024, a cada R\$ 1 bilhão exportado do Brasil para a União Europeia foram gerados 21,8 mil empregos, além de R\$ 441,7 milhões em massa salarial e R\$ 3,2 bilhões em produção.

A CNI destaca que a aprovação cria as condições políticas para avançar nas próximas etapas — assinatura, ratificação e implementação — e deve ampliar a previsibilidade regulatória, reduzir barreiras tarifárias e fortalecer a facilitação de comércio e investimentos, estimulando a internacionalização de empresas brasileiras e a atração de investimentos estrangeiros.

Mesmo antes da entrada em vigor do acordo, a União Europeia já se consolida como parceiro estratégico do Brasil: em 2024, foi destino de US\$ 48,2 bilhões em exportações brasileiras (14,3% do total) e respondeu por US\$ 47,2 bilhões em importações (17,9%), com destaque para insumos, tecnologias e bens industriais.

Segundo a CNI, o acordo também abre espaço para ampliar relações com mercados europeus ainda pouco explorados e reforça agendas de sustentabilidade, inovação e transição energética, alinhadas às exigências ambientais e sociais da União Europeia.

**Fonte: Agência CNI de Notícias**

Siquirj

### Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20030-070  
Tel.: (21) 2220-8424  
E-mail: [siquirj@siquirj.com.br](mailto:siquirj@siquirj.com.br)  
Home page: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)

### Diretoria - 2024/2028

#### Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)  
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)  
Anderson Azevedo Lopes Assumpção (Secretário)  
Alexandre Fagundes de Mattos (Tesoureiro)

#### Suplentes

Maurício Nogueira Moreira  
Sérgio Saccomandi de Souza

#### Conselho Fiscal

#### Efetivos

Jorge Luiz Cruz Monteiro  
Carolina Simões Tavares

#### Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia  
Wagner Ferreira Borges  
Nicolau Pires Lages

#### Delegados Representantes junto à Firjan

#### Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Isaac Plachta

#### Suplentes

Carlos Roberto da Silva  
Roberto Pinho Dias Garcia